



Ao Deputado Federal  
**EVAIR VIEIRA DE MELO**  
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória 868 de 2018  
Brasília - DF

Assunto: Mensagem conjunta das associações nacionais do setor de saneamento básico sobre a MP nº 868/2018.

Considerando a imperiosa necessidade de universalização da prestação dos serviços de saneamento básico no Brasil, a Associação Brasileira de Agências de Regulação — ABAR, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental — ABES, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento — AESBE e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento — ASSEMAE vêm, por meio desta, encaminhar à Comissão Mista da Medida Provisória 868/2018 propostas para o aperfeiçoamento desta matéria, conforme documento em anexo (VERSAO FINAL DA PROPOSTA CONJUNTA DAS ASSOCIAÇÕES NACIONAIS SOBRE A MP 868/18).

Para além das propostas ali apresentadas, as entidades entendem ser relevante a adoção de outras medidas complementares que acelerem o investimento e a melhoria da qualidade da gestão setorial (prestação, regulação, planejamento e controle social), entre as quais:

## 1. Ampliação dos Subsídios

- Subsidiar tarifas sociais de água e esgoto com vistas a promover o acesso dos serviços à população que realmente precisa, e que se enquadre dentro dos critérios estabelecidos para outros benefícios sociais do governo, e incluir o subsídio para saneamento na política social do Governo Federal;
- Criar Fundo Nacional de Saneamento Básico para prestadores públicos.

## 2. Participação Privada

- Criar formas de participação da União nos projetos de parceria com o setor privado, por meio de aportes federais na composição do CAPEX, em percentuais de 10 a 40% do total, inversamente proporcional ao PIB de cada região, e com foco na universalização de regiões com economia de escala e

*(Handwritten signatures and initials are present here)*

visão sistêmica e integrada, cujos projetos seriam aprovados pelo Governo Federal;

- Criar Fundo Garantidor de PPPs e Locação de Ativos que possibilite aos prestadores de serviços com menor poder de negociação ter, nos primeiros anos de contrato, acesso a recursos para suportar as contraprestações.

### 3. Mecanismos de Transparência e de Informação

- Estruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico — SINISA, inclusive na função de portal nacional para acompanhamento das metas de universalização dos planos municipais de saneamento básico.

### 4. Redução dos custos

- Desonerar o setor da cobrança do PIS/COFINS, cujos valores estariam vinculados a investimentos para a universalização da prestação dos serviços de saneamento básico.

### 5. Apoio aos prestadores de serviços

- Criar programa nacional de apoio e assistência técnica aos prestadores públicos.

Por fim, nos colocamos à disposição da Comissão Mista para o diálogo.

Brasília, 08 de abril de 2019.



Fernando Alfredo Rabello Franco  
ABAR

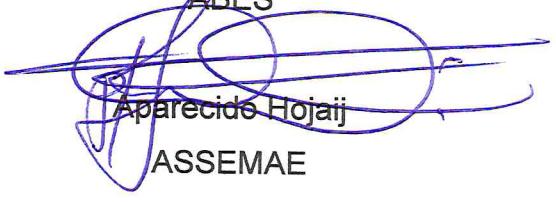


R/ Roberto Cavalcanti Tavares  
AESBE



Roberval Tavares de Souza

ABES



Aparecido Hojaij  
ASSEMAE